



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DT
Folha nº 106
Processo nº 3732/81
Rubrica

PROCESSO Nº 3732/81

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Educação - SE.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

EMENTA: 1ª Revisão de proventos da aposentadoria de ENILDO CUEVAS DONADIO, matrícula nº 3.879-2, para considerá-los com base no § 3º do artigo 4º da Emenda Constitucional nº 26, de 27.11.1985, no cargo de Professor de Ensino do 1º e 2º graus, Código M-1001, nível 03, do Quadro de Pessoal do DF, com efeitos financeiros retroativos a 28.11.1985, decorrente da Portaria de 19.02.1987 (fl. 63).

Cumprimento de diligência. **Legalidade com correção a posteriori.**

2ª Revisão de proventos da aposentadoria de ENILDO CUEVAS DONADIO, matrícula nº 3.879-2, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 3, Padrão XXV, para incluir as vantagens do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, de acordo com o ato publicado no DODF de 25.09.1991, retificado por ato publicado no DODF de 08.11.1991.

Cumprimento de diligência. **Legalidade com correção a posteriori.**

Senhora Diretora:

Trata o presente processo de duas revisões de proventos da aposentadoria de ENILDO CUEVAS DONADIO, nos termos mencionados na ementa.

1ª revisão

2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fl. 63;
- Abono provisório: fl. 103.

3. Os documentos de fls. 63, 67, 70, 101 e 103 atendem em parte ao solicitado à fl.92. Ressalte-se que foi excluído o tempo averbado do CASEB, no período de 08.04.1960 a 31.01.1961, vez que nada foi encontrado sobre o requerente nesse período, fl. 100, conforme se verifica no demonstrativo de tempo de serviço de fl. 101, que reflete situação posterior às datas das respectivas revisões (contagem em dobro nos termos da Lei nº 22/89 e cálculo do Adicional por Tempo de Serviço em anuênios).

4. O ato de aposentadoria foi considerado legal na S.O. nº 2300, de 13.03.86 (fl. 47).

5. A fundamentação legal da presente revisão encontra-se correta, conforme se verifica na Portaria de 19.02.1987 (fl. 63), consequência da Resolução Normativa nº 01, de 28.10.1986 (fl. 59), pela qual a Comissão Geral de Anistia, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 1º do Decreto nº 9.598, de 23.06.1986, declarou anistiado, entre outros, o interessado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DT
Folha nº 107
Processo nº 3732/81
Rubrica

6. Quanto ao Abono Provisório note-se que a parcela Proventos deve ter seu cálculo de forma proporcional em função da exclusão do tempo prestado ao CASEB (fls. 100 e 101) e do tempo contado em dobro, vez que a Lei 22/89 é posterior à data da revisão. A parcela Adicional por Tempo de Serviço deverá ser calculada no percentual de 20%, haja vista que à época da revisão não estava em vigência a Lei nº 22/89. Quanto à parcela Complementação Bloqueio foi calculada de forma integral, 30/30 (trinta trinta avos), quando deveria ser calculada na razão de 1/30 (um trinta avos) por ano de efetivo exercício em função de magistério no sistema oficial de Ensino do DF (inclusive o período de anistia), excluindo-se para esse fim o tempo prestado à iniciativa privada (730 dias), o tempo contado em dobro e as licenças prêmios contadas em dobro para aposentadoria (730 dias).

2ª revisão

7. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fl. 76, retificação: fl. 81;
- Abono provisório: fl. 104.

8. Os documentos de fls. 82 e 104 atendem em parte ao solicitado à fl.92 .

9. A fundamentação legal da presente revisão encontra-se correta conforme se verifica no respectivo ato, entretanto, deverá ser retificado para considerar os efeitos financeiros a contar da data em que entrou em vigor a Lei nº 22/89, quando o servidor implementou os requisitos para aposentadoria voluntária com proventos integrais, com a inclusão das vantagens do art. 184, II, da Lei nº 1711/52.

10. As parcelas integrantes do abono provisório devem ser calculadas com base na tabela em vigor a partir da Lei nº 22/89. Quanto à parcela Complementação Bloqueio foi calculada de forma integral 30/30 (trinta trinta avos) quando deveria ser calculada na razão de 1/30 (um trinta avos) por ano de efetivo exercício em função de magistério no sistema oficial de Ensino do DF (inclusive o período de anistia), excluindo-se para esse fim o tempo prestado à iniciativa privada (730 dias), o tempo contado em dobro e as licenças prêmios contadas em dobro para aposentadoria (730 dias).

11. Pelo exposto, sugere-se, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99, considerar legais, para fins de registro, as concessões de revisão em exame, recomendando à Secretaria de Educação que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria:

I- elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 103, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de calcular:

I-a) a parcela Proventos de forma proporcional em função da exclusão do tempo prestado ao CASEB (fls. 100 e 101) e pelo fato do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DT
Folha nº 108
Processo nº 3732/81
Rubrica

tempo contado em dobro nos termos da Lei 22/89 ser posterior à data dos efeitos da revisão;

I-b) a parcela Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 20%, haja vista que à época da revisão não estava em vigência a Lei nº 22/89;

I-c) a parcela Complementação Bloqueio na razão de 1/30 (um trinta avos) por ano de efetivo exercício em função de magistério no sistema oficial de Ensino do DF (inclusive o período de anistia), excluindo-se o tempo prestado à iniciativa privada (730 dias), o tempo contado em dobro (Lei nº 22/89) e as licenças prêmios contadas em dobro para a aposentadoria (730 dias);

II- retificar o ato de fl. 76, alterado pelo de fl. 81, para considerar os seus efeitos a contar da data em que entrou em vigor a Lei nº 22/89, quando o servidor implementou os requisitos para aposentadoria voluntária integral com as vantagens do artigo 184, II, da Lei nº 1.711/52;

III- elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 104, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de considerá-lo com efeitos a contar da vigência da Lei nº 22/89, bem como para calcular a parcela Complementação Bloqueio na razão de 1/30 (um trinta avos) por ano de efetivo exercício em função de magistério no sistema oficial de Ensino do DF (inclusive o período de anistia), excluindo-se o tempo prestado à iniciativa privada (730 dias), o tempo contado em dobro (Lei nº 22/89) e as licenças prêmios contadas em dobro para aposentadoria (730 dias);

IV- tornar sem efeito os documentos substituídos.

À consideração superior.

Brasília, 20 de setembro de 2000.

Neiva Maria Gomes Sasaki
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 567-3